



# A EUROPA DO CONHECIMENTO

ALICE CUNHA  
MARIA FERNANDA ROLLO  
MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO  
ISABEL MARIA FREITAS VALENTE  
COORD.

**A DESUNIÃO EUROPEIA DO CONHECIMENTO. AS NOVAS TREVAS  
DA EUROPA: CRISES, PAPÉIS, ATORES, DESAFIOS E CAMINHOS**

**THE EUROPEAN DESUNION OF KNOWLEDGE. THE NEW DARKNESS  
OF EUROPE: CRISIS, ROLES, ACTORS, CHALLENGES AND ANSWERS**

*Carlos Alves*

ORCID: 0000-0003-3192-9632

**Resumo:** A herança da topografia iluminista e renascentista europeia está em ruínas. Sob os escombros da Europa dos valores e princípios jazem as vítimas do euroceticismo, do terror globalizado proveniente dos extremismos que encontram na sua desunião terreno fértil, de um sul economicamente resgatado de soberanias ameaçadas, mais os que tentam escapar das zonas de conflito a quem fecha as portas historicamente cooperantes. A sua força solidária e integradora esboroou-se, crescendo uma cumplicidade inoperante face à urgência de respostas humanitárias para os que escolhem a Europa (cada vez menos da livre circulação), motivados pela sua tradição colaboradora e de acolhimento, para se refugiar. Os descontentamentos transnacionais e intergeracionais assoberbaram as suas ruas e reclamam pela atenção dos seus dirigentes questionados na sua liderança. Do seu projeto abalado sobressai o

DOI | [https://doi.org/10.14195/978-989-26-1634-6\\_8](https://doi.org/10.14195/978-989-26-1634-6_8)

ritmo de uma Europa, de construção inacabada e ameaçada, com déficit de entreatajuda, clube restrito e a duas velocidades desiguais: a do norte e a do sul. Um retrato analítico sistemático, histórico comparativo, incorporando dimensões políticas e sociais, permite evidenciar a miríade de variáveis e fatores que têm vindo a acentuar os ressentimentos políticos, religiosos e culturais na Europa. A sua sinopse evidenciará, infelizmente, como se verá, uma Europa falida no seu humanismo, desagregada, da qual nascem os obscurantismos nacionalistas e populistas que marcam as novas trevas europeias. A questão lapidar que urge responder é se a Europa dita da educação e do conhecimento, conseguirá revitalizar o seu projeto em crise. Isso exigirá, sem dúvida, (re)pensar o papel do poder político e dos diferentes atores, institucionais ou individuais, na (re)definição e desenvolvimento de uma Europa que se quer, efetivamente, do Conhecimento.

**Palavras-chave:** refugiados; austeridade; extremismos; crise; UE

**Abstract:** The heritage of the European illuminist and Renaissance topography is in ruins. Beneath the rubble of the Europe of values and principles lie the victims of euroscepticism, of globalized terror that coming from the extreme in the disunity find a fertile soil, the south economically rescued from threatened sovereignties, plus those trying to escape from the areas in conflict and whom Europe closes its historically cooperative doors to. Its supportive and integrated strength crumbled, increasing, therefore, an inoperative complicity towards the urge of humanitarian responses to those who choose Europe (less and less of the freedom of movement) motivated by its collaborative tradition to seek for shelter. The transnational

and intergenerational discontentment overwhelmed its streets claiming for the attention of its leaders questioned about their leadership. From this unfinished project, a threatened and incomplete Europe stands out, lacking in mutual assistance, as a restricted club with two unequal speeds: north and south. An analytic systematic portrait, historical and comparative, englobing political and social dimensions, shows the myriad of variables and factors that have been stressing the political, religious and cultural regrets throughout Europe. Its synopsis will show, unfortunately, a broken Europe concerning humanism, disaggregated, from which the nationalist and populist obscurantism was born and the new European darkness has emerged. The ultimate question is whether the so-called Europe of education and knowledge will be able to revitalise itself. That will, undoubtedly, require us to (re)think the role of the political power and the different actors, institutionalized or as individuals, in the (re)definition and development of a Europe of real knowledge.

**Keywords:** refugees; austerity; extremisms; crisis; EU

## 1. Uma ideia de Europa

É conhecido o passado europeu. De onde vem a Europa. Na atualidade palavras como crise, refugiados, austeridade, extremismos, populismo, terrorismo sobressaem no discurso quotidiano sobre a Europa, embora neste, também, coexistam termos como integração, cooperação, convergência. Este somatório justifica a pergunta que norteia a nossa reflexão: Exigirá a continuidade do projeto europeu

uma nova narrativa para a Europa? O que representa, afinal, a Europa? Que ideia fazemos desta?<sup>446</sup>.

Apesar do passado longínquo, a ideia de Europa é um fenómeno recente, ultrapassando a conceção geográfica a que está, fisicamente, associada, mas cuja materialidade não esgota a sua definição. Até ao final do século XVIII, a Europa era uma noção que englobava implícita ou explicitamente algumas assunções ao invés de se afirmar como uma noção de significação, nitidamente, demarcada.

A Revolução Francesa marcou, profundamente, o pensar sobre a Europa e no início do século XIX esta ideia, enquanto resultado de uma nova configuração na natureza e origens europeias, conquistou uma forma clara.

Há um rico reservatório de noções ligado à ideia da Europa mas, simultaneamente, não há um núcleo estável, uma identidade fixa, uma resposta definitiva sobre si<sup>447</sup>.

À discrepância de respostas subjaz para a ideia de Europa uma mistura de três conceitos relacionados: de algo a que chamamos Europa, uma perceção do que é ser europeu e a revelação histórica de esquemas para a unidade europeia<sup>448</sup>.

No século XXI as identificações do passado da Europa – definição geográfica, a liberdade política, a associação à cristandade, a ligação à cultura e civilização – permanecem relevantes<sup>449</sup>.

No entanto, talvez a discrição da Europa mais em voga seja «unidade na diversidade»<sup>450</sup>.

---

<sup>446</sup> Cf. CHABOD, Federico – *Storia dell'idea d'Europa*. 1.ª edição de 1961. Org. de E. Sestan e A. Saitta. Bari: Laterza, 1995.

<sup>447</sup> WILSON, Kevin and VAN DER DUSSEN, Jan – (*What is Europe?*) – *The History of the Idea of Europe*. Open University, London and New York: Routledge, 1995, pp. 10-11.

<sup>448</sup> Idem, ibidem, p. 9.

<sup>449</sup> Idem, ibidem, p. 11.

<sup>450</sup> Idem, ibidem.

A pertinência atual da «ideia de Europa», de «uma Europa» e de uma «história da ideia de Europa» pode ser compreendida pela necessidade de contextualizar a crise europeia e o autismo que vem caracterizando o relacionamento entre os Estados-Membros da UE.

Mas, o que significa ser europeu? Para além da referência geográfica, a resposta aludirá a uma referência contextual recaindo sobre um conjunto de países que historicamente se evidenciaram pela diferença cultural, social, económica e física. Ser europeu significa partilhar um *background* linguístico, ético, artístico, arquitetural, científico e de lutas por territórios, recursos, rotas comerciais, poder e religião.

No entanto, o que significa ser europeu evoluiu nos últimos anos num sentido diferente, sem paralelo na história do continente.

Embora subsistam elementos herdados do passado, a Europa de hoje caracteriza-se por os estados europeus estarem disponíveis para colaborarem entre si juntando-se enquanto parte de uma união. Ser europeu significa pertencer a um bloco de países que não guerreiam entre si, assegurando a soberania com vista a uma segurança e prosperidade mútuas.

### *1.1. União Europeia (UE): a última manifestação do projeto europeu*

#### 1.1.1. Enquadramento teórico

A velha Europa, de rivalidades entre nações em que o sucesso nacional dependia unicamente da coesão interna, distingue-se da nova Europa, da integração entre nações que requer coesão entre as sociedades dos Estados-Membros da UE<sup>451</sup>.

---

<sup>451</sup> JANNING, Josef and MÖLLER, Almut – *Leading from the centre: Germany's role in Europe*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.



No que diz respeito ao projeto da construção europeia das teorias e paradigmas conceituais relevantes para um enquadramento teórico<sup>452</sup> da integração europeia sobressai o paradigma supranacional. O federalismo faculta um entendimento da integração, de nível supranacional, por intermédio da criação de instituições para as quais os Estados transferem soberania, voluntariamente. No que diz respeito à UE foi privilegiada a dimensão económica e monetária, com a implementação do mercado interno e, especialmente, com o Tratado de Maastricht (1992) o qual estabeleceu a UEM, originando a transferência de competências dos Estados-Membros para instituições comunitárias.

Quanto ao funcionalismo e ao neofuncionalismo<sup>453</sup>, o primeiro considera que a forma mais segura de alcançar a integração e a paz é a cooperação em determinadas tarefas funcionais (tanto de natureza técnica como económica) e por intermédio da criação de novas estruturas institucionais no plano político, enquanto a teoria neofuncionalista atribui uma importância fundamental às instituições supranacionais para o progresso do processo de integração, num centralismo gradual das decisões a nível comunitário.

No início do processo de criação da CEE é reconhecível uma matriz neofuncionalista e, desta feita, supranacional e federal, consequência do êxito da CECA.

Em contraste com o neofuncionalismo, a tese intergovernamental (com fundamentos na teoria neorrealista<sup>454</sup>) surge fundamentada num modelo de cooperação interestatal, no qual os interesses dos Estados-Membros são determinantes na concretização do processo de integração.

---

<sup>452</sup> Relativamente à crise europeia consultar: KRIEGER, Tim et al. (ed.) – *Europe's Crisis: The Conflict-Theoretical Perspective*. Baden-Baden: Nomos, 2016.

<sup>453</sup> Cf. Ernst B. Haas (1958) e David Mitrany.

<sup>454</sup> Cf. Kenneth Waltz.

Não obstante a sua relevância, estes dois paradigmas (supranacional e intergovernamental) são insuficientes para quadro explicativo da construção europeia, suscitando o surgimento de uma nova conceptualização da UE como uma comunidade multinível<sup>455</sup>. Neste modelo, as decisões políticas da UE são desenvolvidas por uma rede interligada institucional ao nível supranacional, nacional e subnacional<sup>456</sup>, transferindo esta abordagem o enfoque da análise do projeto de construção europeia, da integração para a governação.

#### 1.1.2. UE: contexto e síntese histórica

Mas, onde acaba a Europa e começa a UE?

Há uma esmagadora aceitação da indissociabilidade entre a Europa e a UE. Esta indistinção dá azo a pensar a UE como sendo a Europa ou que esta se esgota na UE. Não é verdade. A Europa não se esgota na UE. Até pelo número de países que a constituem (reconhecidos pela ONU são 50) que ultrapassam o número de Estados-Membros da União (28, com a adesão da Croácia, em 1 de julho de 2013).

Muitos políticos europeus acreditam que a resposta para o declínio europeu reside na UE, uma vez que uma Europa unida daria força económica e política à região, o que permitiria ombrear com os EUA<sup>457</sup>, mas «Europe is often more the result of a compromise

---

<sup>455</sup> Aconselha-se a leitura de LOBO-FERNANDES, Luís – Da integração à governação europeia. Portugal, europeização e o carácter multi-sistémico da UE. *Nação e Defesa*, n.º 115 (2006), pp. 113-128

<sup>456</sup> Cf. Peterson e Bomberg (1999).

<sup>457</sup> ALESINA, Alberto and GIAVAZZI, Francesco – *The Future of Europe – Reform or Decline*. Cambridge: The MIT Press, 2006, p. 119.



based on who is more powerful at a meeting rather than on any economic or institutional rationale»<sup>458</sup>.

A UE é uma parceria económica e política única na história, construída sobre um conjunto de tratados e alicerçada sobre um corpo de instituições, em especial a Comissão Europeia (essencialmente o executivo da UE), o Conselho da União Europeia (representando os governos nacionais) e o Parlamento Europeu (representando os cidadãos da UE), simbolizando uma partilha voluntária de soberania entre 28 países, relativamente a um vasto domínio de áreas políticas. Os historiadores identificaram variados fatores que contribuíram para o processo de integração europeia, nomeadamente os interesses económicos vitais das nações europeias. No entanto, a força motriz foi a memória da guerra partilhada pelos europeus. O processo de integração, iniciado após a II Guerra Mundial, visava assegurar a paz no continente. No preâmbulo da *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* (proclamada no Conselho Europeu de Nice de 7 a 9 de dezembro de 2000) é referido que: «Os povos da Europa, estabelecendo entre si uma união cada vez mais estreita, decidiram partilhar um futuro de paz, assente em valores comuns»<sup>459</sup>.

Com o decorrer do tempo uma base estratégica política e económica foi adicionada para apoiar integrações adicionais.

Os países comprometeram-se com o processo de integração, harmonizando leis e adotando políticas comuns relativas a um conjunto extenso de matérias. Estabeleceram uma soberania partilhada que inclui áreas importantes como uma união aduaneira, política comercial comum, um mercado único no qual bens, pessoas e capital circulam livremente, uma moeda comum (euro), entrecruzando vários aspetos de política social e ambiental.

---

<sup>458</sup> Idem, *ibidem*, p. 121.

<sup>459</sup> CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Anotações relativas ao texto integral da Carta*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2001, p. 11.

São várias as apostas da integração europeia: uma identidade europeia, uma união comum em que a autonomia da política monetária é trocada pelos Estados-Membros por maior credibilidade, vitalidade e força da economia, uma política de fronteiras e barreiras protecionistas ao comércio, originando um mercado livre e um maior desenvolvimento económico.

Uma síntese rápida da génese da UE remete para Richard Coudenhove-Kalergi que em 1923, impressionado pelas consequências dos conflitos armados da Primeira Guerra Mundial e apelando à união dos povos da Europa, fundou a União Pan-Europeia, um movimento que defendia a unificação da Europa. Em setembro de 1929, o primeiro-ministro francês Aristide Briand, defendeu uma união federal europeia, mas é no rescaldo da Segunda Guerra Mundial que os primeiros passos da cooperação política europeia têm início, até porque durante esse período a crise europeia parece ter atingido o seu auge.

Porém, com o fim da Segunda Guerra Mundial um outro conflito emerge caracterizado pela disputa por hegemonia política e económica: a Guerra Fria. No fim dos anos 1950, essa disputa usaria o espaço como cenário no que se designaria por Corrida Espacial. Apesar de pioneiros no mundo terrestre, marítimo e aéreo, os europeus não foram os primeiros exploradores do meio espacial e o início, em 4 de outubro de 1957, foi soviético com o lançamento do primeiro satélite artificial: o Sputnik.

Ressalve-se, no entanto, como parêntesis, que ao longo das últimas décadas, a Europa encetou esforços para desenvolver tecnologia espacial com vista a alcançar os seus concorrentes. No âmbito da PESC da UE, contam-se três agências: o Centro de Satélites da UE, o Instituto de Estudos de Segurança da UE e a Agência de Defesa Europeia (EDA). A 16 de novembro de 2000 é adotado, pela Comissão Europeia, o documento “European Strategy for Space” onde são estabelecidas as bases para o reforço da cooperação e coorientação da política espacial europeia (ESDA, 2003).

A 11 de novembro de 2003 a Comissão Europeia emite o *Livro Branco* intitulado *Space: a new European frontier for an expanding Union – An action plan for implementing the European Space policy* e a Europa reconhece a dimensão estratégica de que o Espaço se reveste (ESDA, 2008). O Galileo, projeto exclusivamente de uso civil lançado em 2002, é um sistema constituído por trinta satélites da responsabilidade da Comissão Europeia e da Agência Espacial Europeia.

Data importante para o projeto europeu, o dia 9 de maio de 1950 traduz a vontade de o ministro dos negócios estrangeiros francês, Robert Schuman, avançar com uma proposta revolucionária, nomeadamente o seu princípio fundamental da delegação de soberania num domínio limitado, mas decisivo.

A CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço surgiu oficialmente em 1952, um ano depois da assinatura do Tratado de Paris e com França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo como estados-membros fundadores. A década ficou marcada por dois grandes projetos falhados, a Comunidade Europeia de Defesa e a Comunidade Política Europeia e os líderes europeus avançaram para a criação da EURATOM e da Comunidade Económica Europeia, através do Tratado de Roma. Graças ao Tratado de Fusão, de 1965, todas estas organizações foram integradas numa só: Comunidades Europeias. O seu sucesso estimulou o interesse de outros países, pelo que em 1973, a Irlanda, a Dinamarca e o Reino Unido se tornam membros. A estes seguiram-se a Grécia, em 1981, Portugal e Espanha, em 1986.

Com o Tratado de Maastricht (1992), os Estados-membros, salvo algumas exceções, comprometeram-se em adotar uma moeda única até 1999. A última década do século xx incluiu um novo alargamento (Áustria, Finlândia e Suécia) e a assinatura do Tratado de Amesterdão (1997), que fez constar o Acordo de Schengen da arquitetura legal da União Europeia. A entrada no século XXI correspondeu a um novo Tratado (Nice, 2001) que serviu de preparação para a integração da

Eslovénia, Eslováquia, República Checa, Chipre, Estónia, Letónia, Malta, Polónia, Lituânia, Hungria como membros. Apesar da adesão da Roménia e Bulgária em 2007 e Croácia em 2014, as grandes mudanças nos anos seguintes contextualizam-se na crise financeira e económica.

## 2. Encruzilhadas: problemas, desafios, mudanças na UE

Embora a UE seja uma realidade política que garantiu aos povos da Europa paz, contribuindo para o seu desenvolvimento, está atualmente em crise<sup>460</sup>. Os eurofóbicos/eurocéticos contestam que o futuro dos seus países, num mundo globalizado e aterrorizado, passe por uma união que acarrete a dissolução das soberanias nacionais, por troca com a promessa de soberanias utópicas e compromissos irrealistas e o perigo real do ressurgimento de nacionalismos<sup>461</sup>.

Em relação a estes, uma chamada de atenção contextualizando-os na expansão do internacionalismo científico, cultural, económico e financeiro<sup>462</sup>.

Recorrendo a Perry Anderson salienta-se que:

Whatever sense is given it, the meaning of internationalism logically depends on some prior conception of nationalism, since it only has currency as a back-construction referring to its opposite<sup>463</sup>.

---

<sup>460</sup> Cf. GILLINGHAM, John – *The EU: An Obituary*. London: Verso, 2016.

<sup>461</sup> Cf. GELLNER, Ernest – *Dos Nacionalismos*. Lisboa: Teorema, 1998.

<sup>462</sup> Cf. 1.1. União Europeia (UE): a última manifestação do projeto europeu.

<sup>463</sup> ANDERSON, Perry – Internationalism: a breviary. *New Left Review* 14, March-April, 2002, p. 5.

Segundo o mesmo autor:

The origins of modern national sentiment as a secular force go back to the eighteenth century. It was then that there erupted the two great revolutions that gave birth to the first ideological conception of the nation, as we understand the term today – the rebellion of the North American colonies against Britain, and the overthrow of absolutism in France. The American and French Revolutions, which effectively invented our idea of the nation as a popular collectivity, were products of societies that were among the most advanced of the time<sup>464</sup>.

Além do mais, «one of the most striking features of this Enlightenment patriotism was its universalism. Typically, it assumed a basic harmony between the interests of civilized nations»<sup>465</sup>. Porém, se é possível lamentar os dias, ainda recentes, quando em que «civilization of capital went its way with less sanctimony, there is no reason to suppose that this is the end of the road for what might be meant by internationalism. Its history is full of ironies, zig-zags, surprises. It is unlikely we have seen the last of them»<sup>466</sup>.

Uma desunião crescente face a matérias (dos refugiados, por exemplo) e discursos divisores do sul e norte europeus enfraquecem o internacionalismo/universalismo destes desejos, vontades e objetivos. Fazem com que o sentimento de justiça e equidade entre Estados-Membros se desgaste e a solidariedade fique comprometida, bem como as metas europeias, apesar das intenções dos continuadores do projeto europeu de acentuar uma união consonante com os princípios fundacionais do sonho europeu, defendendo que cada Estado-

---

<sup>464</sup> Idem, *ibidem*, p. 7.

<sup>465</sup> Idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>466</sup> Idem, *ibidem*, p. 25.

-Membro isolado perecerá ante a globalização e entre colossos como os EUA ou a China.

Serão fundados os receios relativamente ao futuro europeu ou não passarão de alarmismo exagerado? Do ponto de vista económico, segundo a revista *Global Finance Magazine*, num *ranking* publicado em fevereiro de 2017, baseado em dados do Fundo Monetário Internacional, de entre os países mais ricos do mundo de acordo com seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* medido em paridade do poder de compra (PPC), 15 dos 30 países mais ricos do mundo estão na Europa<sup>467</sup>.

Num exercício histórico-comparativo, o que mudou, afinal, para a Europa se encontrar na atual situação? Entre as maiores economias, os países asiáticos vão ganhando volume no PIB global. O seu avanço reforça o ocaso do processo de ocidentalização, iniciado com as grandes navegações do século XV, despontando um processo de orientalização do mundo, retomando uma hegemonia que existia antes da Revolução Industrial e Energética. Mudará a orientação económica do oeste para o leste, no século XXI?

Dados de 2017 suscitados por um levantamento do Banco Mundial (*Bird*) reconheciam estar localizados na Ásia e África os países que mais cresceriam. O PIB dessas nações cresceria em 2017 a taxas entre 6,9% e 8,3%. A conjuntura internacional em que o mundo era eurocêntrico alterou-se. Se a Europa Contemporânea se afirmou sob os auspícios da Revolução Industrial, no século XXI os ímpetus tecnológicos são policêntricos, florescendo na China, Índia e países depreciados pelo *status quo*. Em relação aos investimentos, são as nações em desenvolvimento que vão preenchendo o lugar de investidor principal, outrora ocupado pela Europa. Ao nível do conhecimento, a história recente e a inferioridade populacional, relativamente

---

<sup>467</sup> Cf. The Richest Countries in the World. [Acedido a 20 de fev. 2018]. Disponível em: <https://www.gfmag.com/global-data/economic-data/richest-countries-in-the-world>.



à UE, não impedem os EUA de deterem 17 das 20 melhores universidades do mundo e terem obtido 40% dos Prémios Nobel até hoje atribuídos. O predomínio europeu na ciência e na tecnologia esboroou-se e o investimento em investigação e desenvolvimento de todos os países da UE juntos é inferior ao dos EUA ou da China.

O cenário de crise não é, todavia, novo para a Europa. Ao longo dos séculos XIV e XV o crescimento e a prosperidade europeus, estabelecidos desde o começo da Baixa Idade Média, deterioraram-se.

Durante o século XIV os centros urbanos e o comércio renascem agora de uma forma diferente. Formam-se novos centros urbanos (crescimento descontrolado) e o trabalho rural é preterido pela população face a atividades como o artesanato ou o comércio. Com as mudanças e crescimento dos centros urbanos surge a burguesia.

Aos problemas já existentes (falta de mão de obra para trabalhar no campo, seca, peste negra), entre os anos de 1337 e 1453 ocorre a “Guerra dos Cem Anos” (entre França e Inglaterra), devido às divergências de poder entre as duas dinastias existentes.

A burguesia mercantil consegue reunir as condições necessárias para tentar o estabelecimento de novas rotas comerciais, dando-se as grandes navegações marítimas (nas quais Portugal tem um papel fundamental) e o estreitamento da Europa com os continentes africano e asiático, ruindo o império feudal.

A grave crise do século XV que assolou a Europa e se fez sentir em Portugal, caracterizada nos inícios do século pela escassez cerealífera de matérias-primas, metais preciosos e mão de obra conduziu à procura de novos mercados de abastecimento, estimulando entre as classes (nobreza, clero, burguesia e povo) uma atração expansionista com grande motivação económica.

Já no século XVIII, a crise do crédito de 1772, originada em Londres, disseminou-se, rapidamente, pelo resto da Europa. Na sua *History of banking in Scotland*, William Kerr escreve:

The crisis of 1772, which formed the subject of our last chapter, although sharp and disastrous in its immediate effects, passed off more quickly and easily than might have been expected... The harvest of 1773 was fairly good, the fisheries excellent, the cattle trade active, and money cheap. Hardly had affairs resumed a satisfactory aspect, when the dark cloud of war cast its shadow over the land<sup>468</sup>.

Por seu turno, a Grande Depressão Capitalista, no século XIX, configurou-se como uma crise decorrente da evolução do sistema capitalista, cujas principais consequências na economia dos países industrializados se traduziram na falência das pequenas e médias empresas, na concentração do capital nas mãos de um número reduzido de capitalistas industriais, na busca de mercados consumidores externos (fora da Europa), nos continentes ainda não industrializados como a Ásia e a África e que deu início ao Neocolonialismo europeu.

Finda a I Guerra Mundial (1918), com os parques industriais europeus e explorações agrícolas destruídos, os EUA produzem e exportam em larga escala para o mercado europeu, gerando-se uma interdependência comercial, contestada, gradualmente, pela recuperação económica europeia. Porém, a partir de 1928 torna-se perceptível uma crise, observando-se uma queda brusca e generalizada nos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional. A 24 de outubro de 1929 (“Quinta-Feira Negra”) a Bolsa de Valores de Nova Iorque entra em rutura, devido à grande oferta e queda abrupta no preço das ações. A Crise de 1929 (Grande Depressão) foi especialmente penalizadora para as nações europeias. De 1929 até 1933, a crise agravou-se. Todavia, em 1932, Roosevelt, eleito presidente dos EUA, deu início a um plano económico (“New Deal”)

---

<sup>468</sup> Disponível em: [https://archive.org/stream/historyofbanking00kerruoft/historyofbanking00kerruoft\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/historyofbanking00kerruoft/historyofbanking00kerruoft_djvu.txt). [Acedido a 20 de fev. 2018].

que passou a vigorar em 1933 e que permitiu a recuperação da economia norte-americana.

A atual crise dos refugiados também carece de novidade. A crise dos refugiados europeia é descrita como a pior do género desde a II Guerra Mundial, no final da qual se contavam cerca de 40 milhões de refugiados na região.

Depois de terminadas as hostilidades da II Guerra na Europa, entre outubro de 1945 e o final de 1947, mais de 11 milhões de alemães fugiram ou foram expulsos das suas casas, nomeadamente na Pomerânia, Silésia e Prússia Oriental. Mais de um milhão morreu durante a fuga e a expulsão. Entre 1939 e 1948, durante e no pós-guerra, o número de pessoas desenraizadas devido às fugas, às evacuações, a deslocalizações e aos trabalhos forçados atingiu perto de 46 milhões, só no centro e leste europeus.

Também no passado a UE atravessou dificuldades, nomeadamente, a crise financeira, a crise geopolítica que resultou do confronto no território da Crimeia ou a recusa da França e a Holanda em assinar o Tratado Constitucional europeu em 2005.

A construção de uma Europa unida não tem sido fácil e no passado a UE já teve de abandonar sonhos desajustados.

Porém, à promessa de os líderes europeus repensarem a integração europeia sucedeu apenas um *business as usual*.

Apesar de um debate desgastado, na atualidade, muitos líderes europeus reconhecem que se colocam à UE grandes desafios, designadamente, perante a necessidade de se tornar mais atrativa para os seus cidadãos, melhorar o seu desempenho económico e modernizar e credibilizar as suas instituições. Em muitos países europeus há um desencanto com o *establishment* e as elites políticas e económicas. O *Brexit* (e as suas negociações) pode desencadear discordância e ressentimentos entre os líderes políticos europeus.

O que falta à Europa e o que se lhe exige? Travar o declínio europeu não exige programas governativos, subsídios para investigação

e desenvolvimento, dinheiro público para infraestruturas, regulamentos ou incentivos pró-desenvolvimento, somente por em marcha os incentivos adequados para o investimento, arriscar, trabalhar e fazer investigação. O crescimento seguir-se-á, naturalmente, desde que os europeus não evoquem proteção para os desafios dos mercados<sup>469</sup>.

Contra as expectativas, o *Brexit* e a eleição de Trump suscitaram uma nova motivação entre os europeus. A UE deve ter um papel mais ativo e pronunciado na questão das migrações<sup>470</sup>, dos refugiados e terrorismo.

Ao nível da segurança e mobilidade, a crise dos refugiados e o terrorismo põem em causa o espaço *Schengen* de livre circulação, tornando-se a sua manutenção um dos maiores desafios do projeto europeu. Os líderes europeus têm de reinventar os relacionamentos com os outros países e com os seus próprios cidadãos, fazendo-os recuperar a confiança de que a Europa é capaz de salvaguardar os seus interesses.

É importante inverter uma certa retórica vazia, o dirigismo e uma excessiva confiança na coordenação de políticas<sup>471</sup> superiormente impostas e que são geradoras de mau estar em relação à UE<sup>472</sup>.

A UE precisa de ter a habilidade política para enfrentar problemas tão diversificados como o crescente envelhecimento da sua população, a imigração e aumento das desigualdades inerentes a esse fenómeno e ser capaz de preservar a paz num mundo globalizado. Precisa reinventar as relações externas e com os seus próprios cidadãos, fazendo-os recuperar a convicção de que é capaz de os

---

<sup>469</sup> “ALESINA, Alberto and GIAVAZZI, Francesco – *The Future of Europe – Reform or Decline*. Cambridge: The MIT Press, 2006, p. 172.

<sup>470</sup> Cf. DIMITRIADI, Angeliki – *Deals without borders: Europe’s foreign policy on migration*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.

<sup>471</sup> Cf. CINI, Michelle, PÉREZ-SOLÓRZANO BORRAGÁN, Nieves (eds.) – *European Union politics*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

<sup>472</sup> Idem, *ibidem*, p.131.

proteger e restaurar um consenso funcional entre estes e os Estados-Membros. O sucesso depende da sua capacidade de mobilizar para a construção de alianças exequíveis em vez de círculos concêntricos como a liderança franco-germânica, não continuar os seus objetivos universalistas de criação de um mundo à sua imagem e aceitar a sua natureza de exceção<sup>473</sup>.

### 3. Policrise europeia

#### 3.1. Crise, que crises europeias? – ou a incapacidade da UE em gerir várias crises simultâneas

À dificuldade em enfrentar os estragos da crise financeira, somam-se as migrações, os ataques e ameaças terroristas, o aumento de movimentos populistas e o crescimento das economias emergentes. A Europa encontra-se estruturalmente num triângulo disfuncional, compreendendo políticas nacionais e europeias e mercados globais. Passa por dificuldades e a visão de Jean Monnet, pai fundador da integração europeia, está ameaçada.

Um mercado único de 500 milhões de consumidores permanece uma enorme atração económica para a maioria dos países europeus, mas falta à Europa a motivação que a impeliu no sentido da integração.

As questões dos refugiados, o *Brexit*<sup>474</sup>, o terrorismo, radicalismos e populismos são um amplificador das fragilidades europeias. Aliás, andam, até certo ponto, de mãos dadas uma vez que a campanha do

---

<sup>473</sup> LEONARD, Mark – *L'Europe qui protège: Conceiving the next European Union*. London: The European Council on Foreign Relations, 2017.

<sup>474</sup> BIRKINSHAW, Patrick, BIONDI, Andrea (eds.) – *Britain alone! The implications and consequences of United Kingdom exit from the EU*. Alphen/Rijn, The Netherlands: Wolters Kluwer: Kluwer Law International, 2016.

*Leave*, no Reino Unido, foi, também, inspirada por um medo aos refugiados e imigrantes, tendo como porta voz Nigel Farage, grande mentor do *Brexit*.

Quando se fala em crise europeia, o mais rigoroso seria falar em crises ou policrise, tendo em conta os domínios a considerar e o entendimento, a espaços difícil, de um remetente de 28 intervenientes, usando 23 línguas.

### 3.2. A crise económica

Definida como a maior crise económica e financeira desde a Grande Depressão de 1929, a grande crise que começou no mercado imobiliário em 2008 nos EUA, com os problemas no mercado hipotecário de alto risco americano (*subprime*), a queda do Lehman Brothers (setembro de 2008) e o colapso de várias instituições financeiras, derivada de um sistema financeiro de grande dimensão e desregulado e da falta de supervisão dos mercados, atingiu os mercados financeiros mundiais. No caso da Europa, a situação agravou os défices nacionais e em 2011 teve início a crise económica na Europa, em que os principais países europeus atingidos foram Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha.

Ocorreram vários resgates de Estados-Membros (Grécia em abril de 2010, Irlanda em novembro de 2010 e Portugal em abril de 2011) e países como a Espanha e a Itália ficaram ameaçados.

A UE instituiu algumas ações para enfrentar a crise, sobretudo, a implementação de um pacote económico anticrise (lançado em 27/10/2011), uma participação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Central Europeu (BCE) nas ações de enfrentamento da crise, a ajuda financeira aos países com mais dificuldades económicas e a definição de um Pacto Fiscal a ser ratificado em 2012 (o Reino Unido não o aceitou), cujos objetivos passavam por garantir o



equilíbrio das contas públicas europeias e criar sistemas de punição aos países que o desrespeitem.

Com a entrada de Mario Draghi para a liderança do BCE (novembro de 2011), em dezembro são avançados empréstimos de muito longo prazo com o intuito de devolverem tranquilidade aos grandes bancos da periferia.

Entre julho de 2013 e o início de 2015, apesar de uma maior estabilidade da Zona Euro, faz-se sentir a ameaça de deflação e o BCE (janeiro de 2015) confirma que vai avançar com um programa de compra alargada de ativos (destaque para a compra de dívida pública), reduzindo em março de 2017 as compras mensais para 60 mil milhões de euros.

### *3.3. Debilidades da resposta europeia*

O esforço europeu foi alimentado, inicialmente, com montantes modestos, sendo as medidas específicas decididas ao nível de cada Estado. A resistência ideológica de alguns dirigentes à tomada de medidas anticíclicas mais agressivas, uma arquitetura institucional europeia e desadequada para enfrentar situações de crise, incapacidade dos líderes europeus de confrontar os defensores da austeridade (*Sparkurs*) e a aplicação de medidas recessivas, deixaram os cidadãos a viver no limite dos sacrifícios, principalmente em países como Portugal e Grécia.

É assinalável alguma descoordenação política da UE (só no final de 2008 houve um acordo sobre medidas a tomar cuja implantação de algumas remete para finais de 2009 e 2010) para resolver questões de endividamento público das nações do bloco. A estrutura da Zona Euro enquanto união monetária sem união fiscal não travou a crise e complicou a capacidade dos líderes europeus para encontrar soluções. À falta de sugestões alternativas da EU, destacam-se das

respostas europeias à crise controversas políticas de austeridade, causadoras de uma onda de protesto, com momentos bastante intensos no sul europeu, mais flagelado pela crise e onde foi mais visível o descontentamento.

A crise financeira de 2008 não é por si só responsável pela espiral descendente da Europa, uma vez que a crise europeia vai além da questão económica.

#### *3.4. A crise das fronteiras*

Durante séculos, as fronteiras foram para a Europa uma matéria controversa capaz de motivar guerras. No entanto, a promessa da UE de prosperidade por troca com a pausa na questão das fronteiras e das identidades foi suficientemente atrativa.

Mas os tempos mudaram, os países estão agora relutantes em abdicar da autonomia no controlo de fronteiras e a Europa não tem tido uma resposta convincente para o problema que o terrorismo e a crise dos refugiados obriga a repensar, em concreto a política de fronteiras abertas num mundo onde a migração ocupa preponderância.

Apesar da livre circulação de pessoas no espaço *Schengen*, em caso de crise migratória como a de 2015, os controlos nas fronteiras nacionais podem ser reestabelecidos durante um período de até dois anos. O controlo das fronteiras foi já imposto pela Dinamarca, Suécia, Noruega, Áustria e Alemanha tendo sido justificado na crise migratória e a França reestabeleceu os controlos após os atentados de novembro de 2015.

A Comissão Europeia ressaltou que a crise migratória não pode ser amiúde um argumento para prolongar os controlos.

### 3.5. A crise migrante

O mundo está no limiar da pior crise de refugiados desde a II Guerra Mundial, devido à fuga às guerras na Síria e Líbia e à instabilidade em outras áreas do Médio Oriente. Um grande número de pessoas paga a traficantes largas somas de dinheiro para os levar para a Europa que tem sido incapaz de lidar com este fluxo que cada vez mais vem atraindo um número crescente de indivíduos convencidos de que «A simple crossing of the border into the EU is more attractive than any utopia»<sup>475</sup> e definir uma estratégia continental apta a resolver o problema.

A UE tratou de enterrar a cabeça na areia primeiro, encontrando na Grécia um bode expiatório, acusando-a de ser a causa do problema ao não controlar as suas fronteiras e fazer vingar as resoluções *Schengen*.

A crise de refugiados também assinala o regresso da divisão leste-oeste na Europa, uma vez que os países pós-comunista do leste europeu se recusam a acolher refugiados acusando Bruxelas e a Alemanha de tentar destruir as suas identidades. Medos anti-refugiados e anti-muçulmanos vão proliferando após os ataques terroristas em Paris e Bruxelas.

Para além da necessidade em proporcionar um abrigo digno e ajuda adequada, o fenómeno migratório e a crise humanitária associada que a Europa enfrenta exigem políticas globais baseadas na distribuição equitativa dos refugiados e no controle dos fluxos migratórios na origem, exigindo uma discussão alargada, cooperação internacional, investigação e medidas capazes de evitar o tráfico de migrantes, sendo ainda necessários o estabelecimento de acordos e

---

<sup>475</sup> Cf. KRASSTEV, Ivan – *Beyond the Great Disruption: confidence is finally returning to Europe*. [Acedido a 20 de fev. 2018]. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/politics/uk/2018/02/beyond-great-disruption-confidence-finally-returning-europe>.

medidas de segurança apropriadas que vão para além das intervenções militares e controlo fronteiriço no sentido de contrariar de uma forma sustentável o tráfico de refugiados e limitar-se a endereçar o problema para o sul europeu<sup>476</sup>.

Se em 2017 continuaram os elevados números de pessoas que chegaram aos países da UE, especialmente os que alcançam a Itália via norte de África, renovando a pressão sobre o leste das balcãs, a verdade é que a migração continuará a conduzir a política europeia em 2018<sup>477</sup>.

O desejo de reduzir o número de refugiados e migrantes a chegarem à Europa e daqueles a quem é concedido esse estatuto é um assunto que merece consenso a uma realidade que tem vindo a caracterizar a fragmentação política sentida na Europa: os partidos insurgentes.

### 3.6. A crise populista

O território europeu vem, particularmente, sendo assolado por convulsões no plano político. Recentemente, desde o voto no *Brexit* e a eleição de Trump em 2016, a paisagem política europeia mudou dramaticamente, fragmentando-se.

Seis meses após tomar posse como presidente dos EUA, Donald Trump já possuía uma longa lista de escândalos. Da demissão de Michael Flynn Conselheiro Nacional de Segurança (que se manteve no cargo apenas três semanas) e James Comey, diretor do FBI, às acusações de que Barack Obama colocara escutas na Trump Tower

---

<sup>476</sup> GOWAN, Richard – *Bordering on crisis: Europe, Africa, and a new approach to crisis management*. London: The European Council on Foreign Relations, 2017.

<sup>477</sup> SHAPIRO, Jeremy and HACKENBROICH, Jonathan – *Opportunities amid disorder: Europe and the world in 2018*. London: The European Council on Foreign Relations, 2017.

ao encontro entre Donald Trump Jr. com uma advogada russa durante a campanha eleitoral até à retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irão em maio de 2018, as situações foram-se acumulando.

Em relação ao *Brexit*, uma sondagem da Sky News<sup>478</sup>, publicada em 29 março de 2018 com base na pergunta «Will the government get a good or bad Brexit deal?» obteve os seguintes resultados: Good 26%; Bad 50%; Neither 10%; Don't know 15%.

Em relação à pergunta «In hindsight, were we right or wrong to vote to leave the EU?», os resultados foram: Right 44%; Wrong 48%; Don't know 7%.

A palavra «populismo» tem, assim, terreno fértil para se desenvolver e começou a ecoar, frequentemente, no discurso relativo ao panorama político europeu, num universo multifacetado e específico dos vários contextos nacionais onde existe. Por vezes anti-UE e enraizados num nacionalismo económico, como sucede com o partido independentista do Reino Unido e outros elementos presentes na campanha do *hard Brexit*, regionalistas como sucede com os partidos separatistas catalãos e da liga norte (*Lega Nord*) em Itália, sob uma forma nostálgica, num nacionalismo nativista como a Frente Nacional em França ou como rejeição à burocracia a favor de uma abordagem empresarial para desafiar a globalização como sucede com o primeiro ministro checo Andrej Babis. A diversidade do fenómeno populista é tão grande que o rótulo *catch-all* é cada vez menos rigoroso e útil para descrever o que sucede na UE.

No entanto, no seu todo estes movimentos assinalam que ideias políticas mais extremas vão ganhando influência pela Europa e que os partidos populistas vão corroendo os seus rivais *mainstream* do sistema eleitoral<sup>479</sup>.

---

<sup>478</sup> Disponível em: [https://interactive.news.sky.com/AOP\\_TABS\\_230318.pdf](https://interactive.news.sky.com/AOP_TABS_230318.pdf). [Acedido a 20 de fev. 2018].

<sup>479</sup> SHAPIRO, Jeremy and HACKENBROICH, Jonathan – *Opportunities amid disorder: Europe and the world in 2018*. London: The European Council on Foreign Relations, 2017.

Por toda a Europa, no xadrez político, as elites políticas tradicionais vão sendo desafiadas por novos, mais pequenos e mais ágeis partidos tanto da esquerda como da direita que vão ganhando cargos e ocupando lugares em diversos Estados-membros, capturando a agenda política e forçando os partidos tradicionais a adotar novas políticas, usando a sua arma de eleição: o referendo.

Estes partidos insurgentes vão conquistando lugares em parlamentos locais, regionais nacionais e europeus. Participam em governos, como sucede na Bulgária com a Frente Patriótica, na Finlândia com o Partido dos Verdadeiros Finlandeses (Timo Soini ocupa o lugar de ministro dos negócios estrangeiros), na Grécia com o *Syriza* e os Gregos Independentes (partido conservador eurocético), na Hungria a União Cívica Húngara (*Fidesz*), na Letónia a Aliança Nacional, na Lituânia o Partido da Ordem e Justiça e o Partido Trabalhista, Lei e Justiça na Polónia e a Direção-Social-Democracia (SMER-SD) e o Partido Nacional Eslovaco são dois dos quatro partidos coligados que governam a Eslováquia.

Detêm 1329 lugares em 25 países da UE, desempenhando um papel direto na governação em oito Estados-membros<sup>480</sup>. Vão pondo em causa visões pré-estabelecidas acerca das decisões políticas. Vai alastrando um ceticismo em torno do intervencionismo europeu ou americano, em particular no médio oriente, expresso por partidos que vão desde o irlandês *Sinn Féin*, o britânico *UKIP*, a Frente Nacional e o Partido Comunista franceses, os alemães *AfD* e *Die Linke*, o húngaro *Jobbik* (Movimento por uma Hungria Melhor) e o italiano Movimento Cinco Estrelas.

Os resultados das eleições de 2017 não assinalam o fim deste momento populista. Apesar das derrotas, os partidos anti-sistema

---

<sup>480</sup> DENNISON, Susi and PARDIJS, Dina – *The world according to Europe's insurgent parties: Putin, migration and people*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.



vão conquistando uma maior expressividade, nomeadamente na Alemanha. Continuamos a ver aumentar as tendências autoritárias (como sucede na Polónia e Hungria) mesmo no interior da UE e a ver melhorar o desempenho dos partidos eurocéticos<sup>481</sup> e, apesar de Marine Le Pen e Geert Wilders não terem conquistado o poder na primavera de 2017, os fatores que alimentam o populismo continuam a fazer-se sentir na Europa<sup>482</sup>.

### *3.7. As soberanias nacionais e a crise independentista/separatista*

Bruxelas tem desenvolvido um conjunto de regras sobre políticas sociais que vêm infringindo a autonomia nacional de modo desnecessário<sup>483</sup>. Durante a crise económica ecoaram receios, designadamente nos países resgatados, de atropelos às soberanias nacionais.

A Catalunha ganhou valência de símbolo para os nacionalismos na Europa, mas o País Basco, Escócia, Flandres, Vêneto, Córsega e outros territórios europeus têm ambicionado a independência ou a autonomia em relação ao seu Estado de tutela.

A crise catalã forçou Bruxelas e os Estados-membros a decidirem sobre a natureza da própria UE.

É ela, primeiramente, um projeto supranacional que procura transcender o estado soberano? Ao que parece é demasiado intrusiva para ser compatível com a soberania do Reino Unido e não transcendeu

---

<sup>481</sup> SHAPIRO, Jeremy and HACKENBROICH, Jonathan – *Opportunities amid disorder: Europe and the world in 2018*. London: The European Council on Foreign Relations, 2017.

<sup>482</sup> YOUNGS, Richard – *Europe Reset: New Directions for the EU*. Brussels: Carnegie Europe, 2017.

<sup>483</sup> ALESINA, Alberto and GIAVAZZI, Francesco – *The Future of Europe – Reform or Decline*. Cambridge: The MIT Press, 2006, p. 124.

suficientemente a soberania dos restantes Estados-membros para tornar as instituições funcionáveis<sup>484</sup>.

Nos últimos anos tem-se acentuado a tendência em várias regiões europeias de aumentar a sua autonomia ou até alcançar a independência, assinalando um ressurgimento do separatismo europeu. Estes movimentos separatistas ganharam mais força a partir de 2009 com a crise da dívida pública da zona euro, o que agravou as situações financeiras dos respetivos países e intensificou o seu crescimento. A já enfraquecida harmonia da Europa teve no *Brexit* mais um importante episódio na já comprometida unidade europeia.

O *Brexit* assinala a saída do Reino Unido da União Europeia, a qual tem sido um objetivo político perseguido por vários indivíduos, grupos de interesse e partidos políticos. O Reino Unido ingressou na Comunidade Económica Europeia (CEE), a precursora da UE em 1973 e já em 1975 foi realizado um referendo sobre a permanência ou não do país na CEE, sendo o resultado da votação favorável à permanência.

No referendo de 23 junho de 2016, 51,9% dos britânicos votaram a favor da saída do bloco, enquanto que 48,1% optaram pela permanência. A vitória do *Brexit* deu início a negociações sobre a saída, num ritmo lento, próprio da complexidade do assunto.

Conclusões a tirar? É a própria integração europeia que se ressentite. Poderá o episódio ser considerado um revés na integração com efeito dominó ou um mero incidente isolado?

Parece óbvio que, pelo menos, a UE só parece ser capaz de lidar com uma crise de cada vez<sup>485</sup>.

---

<sup>484</sup> Cf. SIMMS, Brendan – *Europe's hidden fractures – The continent's old crises have not been resolved*. [Acedido a 20 de fev. 2018]. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/world/europe/2017/11/europe-s-hidden-fractures>.

<sup>485</sup> Cf. MÜNCHAU, Wolfgang – A history of errors behind Europe's many crises, *Financial Times*. [Acedido a 20 de fev. 2018]. Disponível em: <https://www.ft.com/content/2cca51ea-f1c1-11e5-aff5-19b4e253664a>.

### 3.8. *A crise das instituições europeias e a perda de credibilidade da UE vs. integração participativa*

O euroceticismo vai grassando pela Europa sob a forma pragmática de uma descrença na sustentabilidade do projeto europeu ou de padrões socioculturais dominantes e resistência ideológica, por exemplo, como uma asserção da identidade nacional.

A paisagem europeia vai sendo reestruturada pelo crescimento de forças anti-UE, partidos nacionalistas-populistas de extrema-esquerda ou direita. É tangível a necessidade de monitorização e responsabilização (*accountability*) das instituições europeias, uma vez que essa lacuna enfraquece a ação da própria EU<sup>486</sup>.

Apesar da falta de consenso académico na determinação do alcance e dimensão, a incapacidade de lidar com o défice democrático anterior à crise das dívidas soberanas que atormentou a Europa contribuiu para enfraquecer a UE e a legitimidade democrática nacional, aumentando franquezas pré-existentes<sup>487</sup>. A interpretação da UE como um clube elitista que autoelege para os lugares quem bem entende faz com que o parlamento europeu, enquanto única instituição da UE eleita diretamente tenha um papel importante quanto aos *checks-and-balances* em nome dos cidadãos europeus, apesar de não possuir a legitimação dos parlamentos nacionais<sup>488</sup>.

A inexistência de um único *demos* europeu significa que uma liderança democrática é excluída e, deste modo, a UE tem tido que recorrer a uma combinação de legitimidade democrática indireta através dos estados-membros, instituições não-democráticas como a

---

<sup>486</sup> DEMETRIOU, Kyriakos N. (Ed.) – *The European Union in Crisis – Explorations in Representation and Democratic Legitimacy*. London: Springer, 2015, p. xii.

<sup>487</sup> Idem, *ibidem*, p. v.

<sup>488</sup> WERTHER, Patrick B. (Ed.) – *Europe Financial Crisis and Security Issues* (European Political, Economic, and Security Issues). Hauppauge, New York: Nova Science Pub. Inc, 2011, p. xv.

Comissão Europeia, o Tribunal Europeu de Justiça, o Banco Central Europeu e o Parlamento Europeu com poderes limitados, pela qual o Conselho Intergovernamental Europeu e o Conselho de Ministros não são responsáveis<sup>489</sup>.

O Tratado de Lisboa fez alterações para os mecanismos processuais internos de decisão da UE, espelhando as suas preocupações acerca da responsabilização democrática e transparência no *policy-making* da UE, concedendo um maior papel ao Parlamento Europeu, aos parlamentos nacionais e às iniciativas dos cidadãos<sup>490</sup>.

Uma Europa alternativa, após diferentes elementos da policrise terem acentuado o défice democrático da UE, é motivada por uma configuração *bottom-up* baseada na participação dos cidadãos, reconquistando-os – uma Europa participativa<sup>491</sup> – que sirva de chapéu para as diferentes políticas e escolhas dos cidadãos que precisam de reconhecer a UE como empoderadora em vez de proibitiva e didática e em gradual processo *bottom-up* e não baseada numa elite supostamente iluminada e bem intencionada, num modelo de integração que consiga um equilíbrio entre papéis ativos para os cidadãos, atores nacionais, estados nação e regras europeias e que não privilegie a tradicional noção de soberania nacional, mas antes que conceba e tire partido da esfera democrática nacional, entendendo-a como uma componente vital de um novo processo de integração participativa<sup>492</sup>.

---

<sup>489</sup> HAYWARD, Jack (ed.) – *Leaderless Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 1-4.

<sup>490</sup> WERTHER, Patrick B. (Ed.) – *Europe Financial Crisis and Security Issues* (European Political, Economic, and Security Issues). Hauppauge, New York: Nova Science Pub. Inc, 2011, p. xvi.

<sup>491</sup> Cf. BUSSHCHAERT, Gautier – *Participatory Democracy, Civil Society and Social Europe: A Legal and Political Perspective*. Antwerpen: Intersentia, 2016.

<sup>492</sup> YOUNGS, Richard – *Europe Reset: New Directions for the EU*. Brussels: Carnegie Europe, 2017.

A partilha de responsabilidades entre Bruxelas e os governos nacionais tem divergido destes princípios.

### 3.9. Crise de liderança

Não existe nenhuma liderança política que assuma e defenda uma agenda radicalmente diferente para a UE. A Alemanha é a chave para o futuro europeu, como tem sucedido no último século<sup>493</sup> e na última década esta tem tido um papel de natural liderança nos assuntos económicos e monetários da UE (a que se tem somado matérias de política externa e segurança devido à necessidade de responder aos conflitos e crises na Europa), o que levanta a questão de como deve lidar o resto da Europa com este poder germânico<sup>494</sup>.

Mas porque razão foi a gestão da integração europeia incapaz de gerar uma liderança clara e reconhecível? A resposta pode residir numa certa impotência relativamente ao poder (*powerlessness*) da Europa e numa crescente defesa da soberania nacional residual, a que se junta um receio de um remoto, centralizado e intrusivo autoritarismo. O ataque às burocracias de Bruxelas e a um alegado super estado europeu inibiram a UE de qualquer possibilidade de uma liderança dominante, conduzindo a uma partilha de poder pelos representantes das nações e à promoção de uma estratégia integracionista com avanços e recuos. De uma multiplicidade de interações obscuras vão resultando compromissos estabelecidos com as elites de origem imprecisa. A UE vem evoluindo para uma política policên-

---

<sup>493</sup> Cf. ASH, Timothy Garton – *The Crisis of Europe – How the Union Came Together and Why It's Falling Apart*. [Acedido a 20 de fev. 2018]. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/2012-08-16/crisis-europe>.

<sup>494</sup> JANNING, Josef and MÖLLER, Almut – *Leading from the centre: Germany's role in Europe*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.

trica, pluralista e consensual com um mega sistema confederacional de consensos na tomada de decisão pelas elites dos Estados-membros.

Assim, com o intuito de não comprometer a soberania nacional ao longo das etapas da integração, a Europa foi preterindo uma liderança visível a favor da dispersão das elites e de evitar a emergência de uma liderança sem restrições. A incapacidade para legitimar uma liderança identificável tem tomado como garantida as posições dos cidadãos, satisfazendo-se com manifestações simbólicas da identidade europeia (bandeira, hino, etc.)<sup>495</sup>.

O uso preferencial da expressão «governança» em vez do termo mais preciso «governo» reflete uma aceitação implícita da ausência de uma liderança institucionalizada efetiva<sup>496</sup>. Como consequência, a falta de liderança da UE em assuntos relacionados com política externa e segurança permanecem perseguidos por divisões<sup>497</sup>.

### 3.10. O efeito Macron

Emmanuel Macron tem conseguido que a UE recupere o seu atrativo e fomentado ambiente mais otimista na Europa, condenando as maquinações antigas da UE e insistindo num novo desenho. O seu verdadeiro plano político ambiciona uma soberania total pela troca da ilusória soberania nacional por uma participação democrática numa soberania europeia mais alargada. Para tal, afrontando a resistência interna e externa que se antecipa, propõe um orçamento para a zona euro; um ministro das finanças com a capacidade para autorizar investimentos e supervisionar a economia, responsável por um

---

<sup>495</sup> HAYWARD, Jack (ed.) – *Leaderless Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 1-4.

<sup>496</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>497</sup> Idem, *ibidem*, pp. 305-311.

«parlamento da zona euro» saído de uma reunião mensal de representantes dos legislativos estatais; impostos, convergência social e energética (acordada em dois anos e alcançada em dez); obrigatoriedade de uma política externa e fronteiriça conjunta. Ao contrário da prática habitual da UE, estas mudanças radicais devem ser alvo de um processo de consulta europeia alargada, envolvendo a ratificação por referendo ou pelos parlamentos dos Estados-membros<sup>498</sup>.

Do cenário da crise remanesce a pergunta se será essa situação suficiente para motivar a superação da inércia e da fragmentação inerente aos interesses nacionais que no passado impossibilitou o despontar na UE de liderança<sup>499</sup>.

#### 4. O regresso da Europa?

Na última década uma crise com multicamadas infetou a UE, que se tem batido pela manutenção da zona euro, defendido das recriminações relativas ao influxo de refugiados e migrantes que têm despoletado tensões entre os Estados-membros e visto aumentar as posições populistas *anti-establishment* e o Reino Unido votar pela saída da união. Uma série de ataques (Paris, Nice, Bruxelas, Berlim, Londres, Barcelona, entre outros) tem intensificado nos cidadãos o sentimento de insegurança e colocado a capacidade da UE de manter a segurança em questão.

Os pilares da integração europeia estão enfraquecidos. A capacidade de funcionar como um projeto de reconciliação e de fomento da paz construída em torno de uma integração num mercado liberal

---

<sup>498</sup> Cf. SIMMS, Brendan – *Europe's hidden fractures – The continent's old crises have not been resolved*. [Acedido a 20 de fev. 2018]. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/world/europe/2017/11/europe-s-hidden-fractures>.

<sup>499</sup> HAYWARD, Jack (Ed.) – *Leaderless Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 305.

da UE está abalada. Aumentam o número de vozes solicitando mudanças, acreditando ser a altura para uma mudança de rumo e que novas formas de cooperação são necessárias e que a UE precisa de se reinventar para sobreviver<sup>500</sup>.

Porém, não passará o anunciado regresso da Europa de uma tentativa de sobrevivência da UE? Afinal, nenhuma das crises anteriores foi resolvida – a crise da zona euro, o conflito Rússia-Ucrânia, a crise dos refugiados – e a estas juntaram-se novas como a crise da Catalunha e o *Brexit*. Em rigor, no final de 2016 era mais visível o espectro do declínio. Apesar disso, o *Brexit* e a eleição de Trump também proporcionaram um sentimento de solidariedade entre alguns líderes europeus e a eleição do euro entusiasta, Emmanuel Macron, em França, pode ser determinante. Já em 1989 a UE teve uma oportunidade histórica de renascimento inspirada nas sinergias derivadas dos levantamentos dos países, sob domínio comunista, do leste europeu.

#### 4.1. Razões para otimismo

No geral, a UE tem sido bem-sucedida e o desenvolvimento económico, bem-estar, proteção social e um mercado comum têm sido prioridades. Apesar das imperfeições das suas instituições e políticas, das suas ameaças e do seu intrincado, a resposta para os problemas europeus está na natureza e capacidade da própria Europa: na sua capacidade de participação e liderança militar, potencial económico e num vantajoso *soft power*, de que é detentora, vital para a paz global, importante para os objetivos referentes à política externa através da sua

---

<sup>500</sup> YOUNGS, Richard – *Europe Reset: New Directions for the EU*. Brussels: Carnegie Europe, 2017.



capacidade para disseminar e manipular ideias, informações e instituições que ajudam a persuadir os países a agirem de determinado modo.

Um tipo importante deste *soft power* é a construção de instituições multilaterais atrativas para a adesão. Os europeus são os maiores apoiantes de instituições regionais e globais e o seu compromisso começa não só com a UE e o seu círculo de acordos com os vizinhos regionais mas também a sua influência na gestão da interdependência económica, direitos humanos, ambiente, desenvolvimento e saúde ao nível global.

Outra razão para otimismo é que a Europa mantém alianças duráveis como a estabelecida com os EUA. Também ao nível da língua os europeus gozam de vantagens, uma vez que as segundas línguas são maioritariamente europeias, nomeadamente o inglês, a que se junta o relevante papel do francês e espanhol<sup>501</sup>.

O *'EU Cohesion Monitor'* avalia informação de 28 Estados-membros para medir os níveis de coesão (estrutural, participação em políticas comuns, proximidade geográfica entre estados, coesão individual, medindo o comprometimento e experiências com e em torno da UE) na Europa. Contrariando as expectativas, os níveis de coesão identificados aumentaram entre 2007 e 2017 ficando, todavia, claro que devido às tendências divergentes de coesão na UE, estratégias de união devem ser desenvolvidas e os decisores políticos, instituições e organizações da sociedade civil devem fazer um esforço para fortalecer a ligação individual encorajando os cidadãos a interagir com outros cidadãos da EU<sup>502</sup>.

---

<sup>501</sup> MORAVCSIK, Andrew – *Europe Is Still a Superpower – And it's going to remain one for decades to come*. [Acedido a 18 de fev. 2018]. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2017/04/13/europe-is-still-a-superpower/>.

<sup>502</sup> JANNING, Josef – *Crisis and Cohesion in the European Union: A Ten-Year Review*. London: The European Council on Foreign Relations, 2018.

Importância destes dados? A coesão envolve confiança e a gestão de expectativas, sendo um compromisso a longo prazo que une os atores e os cidadãos entre si<sup>503</sup>.

Uma ressalva acresce destes elementos: a evidência de que não existe uma mas várias narrativas europeias em termos de coesão e insistir numa única será contraproducente<sup>504</sup>.

#### 4.2. *Imaginação, determinação, flexibilidade, coordenação, cooperação e convergência*

Em agosto de 2010 podia ler-se na *Foreign Policy*: «Europe can no longer ignore the reality that the days of slow but steady ‘Eurozone convergence’ are finished – possibly forever»<sup>505</sup>. De acordo com o *Livro Branco sobre o Futuro da Europa* (2017), que reflete sobre a competitividade e influência da Europa no futuro, a única forma desta preservar a posição no contexto internacional é através da cooperação (desafiada pelo *Brexit*) entre países.

A Europa tem uma sólida rede de normas informais, procedimentos, instituições que encorajam a coordenação política e que se estende, por exemplo, a operações militares conjuntas. Mesmo quando a UE não está mandata ou coordena uma resposta política, as leis nacionais convergentes, estratégias e interesses dos estados europeus geralmente produzem políticas mútuas que se reforçam reciprocamente<sup>506</sup>.

---

<sup>503</sup> JANNING, Josef – *Keeping Europeans together*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.

<sup>504</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>505</sup> Cf. Europe’s next crisis? Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2010/08/31/europes-next-crisis/>. Consultado em: 20/02/18.

<sup>506</sup> MORAVCSIK, Andrew – *Europe Is Still a Superpower – And it’s going to remain one for decades to come*. [Acedido a 18 de fev. 2018]. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2017/04/13/europe-is-still-a-superpower/>.

A ideia de adotar modos flexíveis de cooperação é parte intrínseca do histórico europeu e de uma união próxima. As pressões internas e externas têm levado a UE a focar-se na cooperação e resultados mais do que na integração e uma massa crítica de países concorda com uma mais flexível cooperação europeia<sup>507</sup>.

O teste aos governos europeus e às suas instituições em circunstâncias difíceis exige imaginação, determinação, flexibilidade e a capacidade de gerar desenvolvimento, imprescindíveis para o *reboot* da Europa, em tempos de divisão na UE. Os cidadãos europeus perderam a confiança na Europa para resolver os seus problemas e ela perdeu a imunidade proporcionada pela sua capacidade de manter a paz e originar progresso.

#### 4.3. *É a Europa à prova de crise?*

Será a resiliência europeia suficiente para a fazer à prova de crise ou a Europa não passará hoje de uma velha relíquia do passado? A Europa tem potencial para manter, pelas gerações vindouras, a sua influência global no que diz respeito às suas capacidades militares, resultados económicos nominais e *per capita*, a sua competitividade nos negócios e investimento, a atratividade intrínseca das suas ideias simbólicas e instituições e de ser um superpoder capaz de ombrear como os EUA e a China.

A capacidade de cooperação entre os estados europeus é frável e as disputas originadas pelas migrações, radicalismos, *Brexit*, o ressurgimento russo e o crescimento lento comprometem só até certo ponto o projeto europeu, sendo que as crises têm tido pouco impacto no estatuto de superpoder da Europa. As suas instituições centrais, incluindo o mercado comum, normas públicas como no caso do am-

---

<sup>507</sup> Möller e Pardijs, 2016.

biente, a política comercial comum, política agrícola, ajuda externa, controlo das fronteiras permanecem, fundamentalmente, intocadas; não são alvos da crítica do euroceticismo e outras políticas incluindo as matérias de política externa, defesa, anti-terrorismo e anti-crime, ajuda externa, sanções, diplomacia e políticas de desenvolvimento só necessitam de coordenação informal ou cooperação tácita<sup>508</sup>.

#### 4.4. O futuro da Europa (do Conhecimento)

Espalhados pela literatura vão surgindo cenários antevendo o futuro da Europa, contrariando ou apresentando-se como opção para os quadros apocalípticos dos descrentes do projeto europeu. Em *Europe in 2030: four alternative futures*<sup>509</sup> as hipóteses vão de 1) uma Europa que falha, em que os estados-nação são incapazes de construir uma união mais forte, deixando-os vulneráveis à crescente penetração dos poderes externos neo-imperialistas; 2) um núcleo europeu forte, assumindo que em 2030 a Europa será diferente de 2017, em que o centro mantém-se, mas só este; 3) um revivalismo atlântico em que a UE e a Nato falharam; até 4) uma China forte que subverteu a ordem europeia que conhecemos hoje, aumentando lentamente a sua influência pela Europa.

Estes cenários, cobrindo um amplo espectro de futuros para a Europa, incluem possibilidades mais disruptivas ou próximas do presente, embora sobressaia a convicção de que os interesses e valores europeus estão em risco, num mundo volátil e frágil, com o regresso da velha geopolítica, permanecendo a pergunta se a Europa

---

<sup>508</sup> Cf. MORAVCSIK, Andrew – *Europe Is Still a Superpower – And it's going to remain one for decades to come*. [Acedido a 18 de fev. 2018]. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2017/04/13/europe-is-still-a-superpower/>.

<sup>509</sup> SIMÓN, Luis and SPECK, Ulrich (Eds.) – *Europe in 2030: four alternative futures*. Madrid: Real Instituto Elcano, 2017, p. 7.

conseguirá manter a coesão e desenvolver as capacidades que lhe permitam ser um ator global, quer numa moldura de uma forte relação transatlântica ou de uma Europa unida, sendo a alternativa tornar-se num recreio à mercê de outros poderes. Caberá à Europa decidir o seu papel<sup>510</sup>.

Também o *Livro Branco sobre o futuro da Europa – Reflexões e cenários para a UE-27 em 2025* identifica os fatores determinantes do futuro da Europa e cinco cenários para a Europa em 2025<sup>511</sup>, partindo do princípio de que os 27 Estados-Membros avançam em conjunto, enquanto União e que contribuirão para orientar o debate sobre o futuro da Europa e vislumbrar a possível situação do estado da União em 2025, em função das escolhas feitas conjuntamente, a saber:

Cenário 1: Assegurar a continuidade;

Cenário 2: Restringir-se ao mercado único;

Cenário 3: Fazer «mais», quem quiser «mais»;

Cenário 4: Fazer «menos» com maior eficiência;

Cenário 5: Fazer muito «mais» todos juntos<sup>512</sup>.

E qual é o lugar do conhecimento e da educação na reescrita da narrativa futura do projeto europeu? Antes de mais, o que é isso de uma Europa do Conhecimento? Algumas palavras resumem, por excelência, a resposta: renascimento, Iluminismo, humanismo, mas também cartesianismo, idealismo, existencialismo. A Europa do Conhecimento é uma Europa de correntes, personalidades, movimentos (políticos, artísticos), ciência, artes, valores e ideais, para começar

---

<sup>510</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>511</sup> Cf. p. 8.

<sup>512</sup> Cf. Os cinco cenários: apresentação geral por política (Anexo 2, p. 29).

de igualdade e fraternidade onde cabe, obrigatoriamente, a primazia da liberdade.

Na atualidade, a expressão (frequente) inclui objetivos de construção de uma educação superior europeia baseada no processo de Bolonha. Este acordo intergovernamental europeu, visa criar um Espaço Europeu de Ensino Superior, facilitador da mobilidade dos estudantes nos Estados-membros do acordo. Tornar realidade a mobilidade através de programas como o *Erasmus*, programas de cooperação científica, visando incentivar a investigação e a inovação. Os programas educacionais como o Comenius, nas escolas, Leonardo da Vinci, para a formação profissional e o Grundvig, para o ensino de adultos definem o empenho europeu nos setores da educação e cultura.

O Erasmus+ (que se prolonga até 2020) é o programa da UE para a educação, formação, juventude e desporto, contando com um orçamento de 14,7 milhões de euros, contando proporcionar a mais de 4 milhões de europeus oportunidades de estudo, formação, aquisição de experiência e voluntariado no estrangeiro. Não oferece apenas oportunidades aos estudantes, sendo resultante da fusão de sete programas anteriores, visando alargar as oportunidades a uma grande variedade de pessoas e organizações<sup>513</sup>.

O Europa Criativa<sup>514</sup> é o programa da União Europeia de apoio aos sectores cultural e criativo, com uma duração de 7 anos (2014-2020) e um orçamento de 1,4 mil milhões de Euros.

---

<sup>513</sup> «O programa Erasmus+ tem como objetivo contribuir para a Estratégia Europa 2020 para o crescimento, o emprego e a equidade e a inclusão sociais, bem como para o quadro estratégico da UE em matéria de educação e formação EF2020.» Cf. O que é o Erasmus+? Disponível em: [http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/about\\_pt](http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/about_pt). [Acedido a 8 de mai. 2018].

<sup>514</sup> Cf. <http://europacriativa.eu/pt/> e Supporting Europe's cultural and creative sectors. Disponível em: <https://ec.europa.eu/culture/>. [Acedido a 8 de mai. 2018].

A agenda para a Educação e Ciência (Horizonte 2020, o maior programa de investigação multinacional do mundo), identifica três prioridades: excelência científica, liderança industrial, desafios sociais.

Em termos de balanço, na educação encontramos cinco pontos principais: mobilidade, qualidade, acesso alargado, transparência, globalização, reconhecimento de graus académicos<sup>515</sup>.

Face ao exposto e tendo em consideração a quantidade de universidades, institutos de investigação, *think tanks* e organizações ligadas ao conhecimento, juntando a isso as tecnologias da informação em contínuo desenvolvimento acessíveis a um número crescente de indivíduos, faz sentido afirmar que a Europa possui, no que ao conhecimento concerne, um estatuto sem paralelo no seu passado.

Porém, embora de todos os domínios da vida social, a cultura seja aquele em que a prevalência europeia permanece mais significativa<sup>516</sup> (nomeadamente no domínio linguístico onde a sua importância não encontra paralelo) até neste domínio é perceptível uma imagem de ascensão e recuo da sua relevância no mundo.

A Europa perdeu importância no que diz respeito à inovação cultural ao longo do século xx<sup>517</sup>. Isso é particularmente visível em relação aos Prémio Nobel em que durante o primeiro quartel do século xx, os cientistas europeus receberam a quase totalidade destes, no segundo quartel do século xx e uma minoria tendencialmente decrescente dos prémios a partir de meados do século xx. Durante o primeiro quartel do século xx, os cientistas americanos (até aí com uma representatividade pouco expressiva) foram ganhando importância e tornaram-se quase sempre a maioria dos laureados desde meados do século xx (2006 foi o primeiro em que nenhum cien-

---

<sup>515</sup> Bucaresti, 2012.

<sup>516</sup> Cf. <https://ec.europa.eu/culture/>.

<sup>517</sup> Para contextualização consultar: MAZOWER, Mark – *Dark Continent. Europe's Twentieth Century*. New York: Vintage Books, 1998.

tista europeu foi premiado). Ou seja, a pesquisa científica de vanguarda é na atualidade predominantemente feita nos EUA e não na Europa, como sucedia há um século atrás<sup>518</sup>.

As acusações vão proliferando, não sendo compensadas pelas simplificações que têm ocorrido, nomeadamente ao nível da remoção de obstáculos na circulação do conhecimento, não abrangendo os cidadãos não europeus e o entendimento do conhecimento como uma comodidade que pode ser comprada ou vendida. Acrescentam-se, ainda, as questões derivadas da privatização da educação e investigação, ligadas ao financiamento, acesso ao conhecimento e publicação, condições precárias de trabalho na academia, mais o sistema de avaliação dos investigadores e docentes baseada no número de artigos realizados (que condicionam o acesso a bolsas e subsídios e dificultam as atividades ligadas à docência) e a instrumentalização do conhecimento enquanto mecanismo capaz de contribuir para o crescimento económico e não como mero intuito intelectual.

Uma proximidade absoluta entre o conhecimento e a sociedade não foi alcançada e os mecanismos relacionados com a *accountability*, avaliação da atuação e que pretendem assegurar a qualidade do conhecimento não garantem a sua democratização. O número de agentes que podem influenciar o processo de *decision-making* e as políticas relativas à educação tem aumentado, bem como os governos, as organizações e os que têm uma palavra a dizer nas decisões sobre os procedimentos a adotar e que incluem empresas e organismos supranacionais. Todavia, não é líquido que isso tenha facilitado o acesso aos meios de produção de conhecimento.

São pouco expressivas as discussões e debates sobre o papel do conhecimento e dos seus usos na sociedade incluindo os cidadãos

---

<sup>518</sup> VALÉRIO, Nuno – *História da União Europeia*. Queluz De Baixo: Editorial Presença, 2010, pp. 50-52.



ficando, assim, claro o défice de inclusividade da «Europa do Conhecimento». O desafio principal passa por permitir que o conhecimento contribua para a igualdade de oportunidades, evitando-se que a educação reproduza as desigualdades sociais e seja um meio de poder servindo o propósito de manter o *status quo*.

Em termos de conhecimento, é difícil o equilíbrio entre o lado da «reprodução» que define a educação na sua função de transmissão de conhecimento e de integração dos indivíduos na sociedade focada, conservadoramente, na preservação das sociedades humanas e não na sua modificação e o lado da «inovação», compreendendo o conhecimento na sua capacidade de transformar o mundo.

Em tempo de crise, o uso do conhecimento fica, facilmente, confinado à sua face reprodutiva, assegurando a preservação das sociedades humanas. As políticas europeias dirigidas ao ensino superior e à investigação tentam minorar os conflitos e tensões, resguardando-se com a promessa de igualdade, eficiência e prosperidade<sup>519</sup>.

A Europa conhecida pela histórica riqueza das suas humanidades também não tem sido capaz de inverter um processo alargado da sua desvalorização em detrimento de uma tecnocracia impelida pelos princípios neoliberais de uma mercantilização do conhecimento<sup>520</sup>.

Questão relevante é a de proteção de dados no espaço europeu que parece não acompanhar o ritmo dos tempos. Andrew Rawnsley

---

<sup>519</sup> Cf. *Europe of knowledge: paradoxes and challenges*. Disponível em: <https://www.greeneuropeanjournal.eu/europe-of-knowledge-paradoxes-and-challenges/>. [Acedido a 18 de fev. 2018].

<sup>520</sup> Ler: ALVES, Carlos – A mercantilização da Educação: o dinheiro não fala às Humanidades. *Público*, 6/10/2017. [Acedido a 8 de mai. 2018]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/10/06/sociedade/opiniao/a-mercantilizacao-da-educacao-o-dinheiro-nao-fala-as-humanidades-1786642>; ALVES, Carlos – Educação: a Ágora ou Wall Street – uma falsa questão ou, o preço de não cultivar as humanidades, *Observatório político*, Working Paper #75, 2017. [Acedido a 8 de mai. 2018]. Disponível em: [http://www.observatoriolitico.pt/wp-content/uploads/2017/10/WP\\_75\\_CA.pdf](http://www.observatoriolitico.pt/wp-content/uploads/2017/10/WP_75_CA.pdf).

afirmou sobre essa matéria que «Politicians can't control the digital giants with rules drawn up for the analogue era»<sup>521</sup>.

Em março de 2018 tornou-se conhecimento geral que os dados de 87 milhões de utilizadores do Facebook foram usados pela Cambridge Analytica para efeitos de consultoria política, sendo esta acusada de ter recuperado esses dados da rede social sem o consentimento dos utilizadores com vista a desenvolver um programa informático destinado a influenciar o voto dos eleitores, beneficiando a campanha de Donald Trump. Mark Zuckerberg, fundador e dono do Facebook, depôs perante o Senado norte-americano, considerando-se culpado e afirmando que ambiciona «proteger as eleições de todo o mundo».

Em maio foi anunciado o encerramento da Cambridge Analytica. No entanto:

given the complex business structure of SCL and Cambridge Analytica's UK and US affiliates, there are reasons to question precisely what Wednesday's announcement means. Already there are some suggestions that those associated with Cambridge Analytica may re-emerge in another form<sup>522</sup>.

A Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD) criada em 2004 e sede em Bruxelas visa «garantir que todas as instituições e organismos da UE respeitam o direito à privacidade dos cidadãos quando processam os seus dados pessoais»<sup>523</sup>.

---

<sup>521</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/mar/25/we-cant-control-digital-giants-with-analogue-rules>. [Acedido a 8 de mai. 2018].

<sup>522</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2018/may/05/cambridge-analytica-scl-group-new-companies-names>. [Acedido a 8 de mai. 2018].

<sup>523</sup> Cf. <https://secure.edps.europa.eu/EDPSWEB/edps/EDPS?lang=pt>.

Recentemente a Comissão Europeia publicou «orientações destinadas a facilitar uma aplicação direta e harmoniosa das novas regras de proteção de dados em toda a UE a partir de 25 de maio»<sup>524</sup>.

Muito há, igualmente, ainda a fazer no que diz respeito a políticas europeias do acesso aberto, não obstante exemplos como as Diretrizes para a Implementação de Políticas de Acesso Aberto que foram produzidas no âmbito do Projeto MedOANet (Mediterranean Open Access Network<sup>525</sup>), financiado pelo 7º PQ da Comissão Europeia, em consonância com a Recomendação e a Comunicação da Comissão Europeia sobre acesso, preservação e disseminação da informação científica (2012) e o delineado para o Horizonte 2020.

## 5. Considerações finais

A unidade europeia não é somente uma empresa política. A Europa em si é mais do que uma construção política. É um intrincado de cultura, instituições, ideias, expectativas, hábitos, maneiras de ser, estar e sentir, memórias e expectativas que se constituem como uma argamassa que a sustém.

A Europa exige um espaço culturalmente em redefinição, em que a solidariedade tem um papel preponderante. Não é um facto consumado, nem uma realidade estática, mas uma demanda cujo futuro passa pela UE com quem tem mantido uma relação especial, apesar de a Europa não se reduzir à UE, uma vez que nem todos os países europeus a integram e o *Brexit* permitir perceber que se pode abandonar a UE, mas não a Europa. Nesse sentido, a UE é menos do que a soma de todos os países europeus e a Europa mais do que a UE, embora venha beneficiando da união por si proporcionada.

---

<sup>524</sup> Cf. [https://ec.europa.eu/portugal/news/new-rules-data-protection-ue\\_pt](https://ec.europa.eu/portugal/news/new-rules-data-protection-ue_pt).

<sup>525</sup> Cf. [www.medoanet.eu](http://www.medoanet.eu).

A globalização exige mais unidade europeia, capacidade de integração (participada), uma forte democracia<sup>526</sup> europeia e a capacidade de fazer vingar os valores europeus como uma base que prevalece sobre as mudanças. A realização empenhada de uma união económica profunda e genuína, baseada numa união política e uma reflexão acerca da união orçamental, sendo essenciais, exigem uma Europa do Conhecimento capaz de um envolvimento ambicioso em termos de educação, investigação, inovação e ciência.

Torna-se evidente que a identidade europeia deve resultar da relação estreita e profícua entre as instituições e os cidadãos a quem se exige um espírito crítico capaz de um essencial *fact checking* nesta era digital e do pós-verdade, invertendo-se o défice da participação cidadã no processo da construção e integração europeia. Urge promover uma visão estratégica comum europeia baseada na união e não na unicidade da Europa. Um europeísmo lar de cidadãos de uma Europa de justiça, plural, sem fronteiras, humanista, de cultura e progresso.

Independentemente dos programas, infraestruturas culturais, recursos humanos, crescente número de beneficiários e verbas disponibilizadas para a investigação e educação que possa possuir, uma Europa indiferente ao sofrimento do problema humanitário, causado por conflitos patrocinados também por si, não é a Europa do Conhecimento, afastando-se da sua herança das luzes.

Independentemente dos desafios que se lhe colocam serão a resiliência e a sagacidade do seu conhecimento que lhe garantirão a sobrevivência, mantendo-se como um superpoder (*superpower*) omnipresente que consistentemente se projeta militar e economicamente e um poder de persuasão (*soft power*) transcontinental de quem é expectável um contributo positivo.

---

<sup>526</sup> Cf. DEMETRIOU, Kyriakos N. (Ed.) – *The European Union in Crisis – Explorations in Representation and Democratic Legitimacy*. London: Springer, 2015.

Tendo em consideração a distribuição das paranoias (com os refugiados e imigrantes e migrações), as polarizações (sociais e políticas) e medos associados, talvez seja exagerado reconhecer nos 28 Estados-membros da UE a dificuldade em especular sobre o futuro europeu, mas as divisões entre estes deixam claro que no futuro que se avizinha complexo devem ser fortalecidas as posições (nacionais) face à Europa e dos Estados-membros face à UE.

As opções europeias são, por um lado, dependentes (*path dependent*) do caminho percorrido. A extensa história económica, política, cultural, militar europeia será, determinante, para o futuro da Europa.

Ser a sede do maior mercado único, da segunda moeda mais utilizada a nível mundial, a maior potência comercial e o principal doador de ajuda humanitária serão decisivos. Bem como o lugar de vanguarda ocupado, graças, em parte, ao programa Horizonte 2020, ao nível da inovação, a relevância na diplomacia e cooperação (por exemplo, com a NATO) e o papel ativo no Conselho da Europa.

Por outro lado, episódios singulares como o do *Brexit* e as potências emergentes exigirão escolhas não-dependentes (*path-independent*) para a sua união. Encontramo-nos num momento crítico (*critical juncture*) constituído por uma policrise que cria expectativas por um processo de reforma e mudança de rumo (*change of shift*). As situações de incerteza acerca de questões como as dos refugiados, populismos, terrorismo, separatismos, tornam as decisões dos atores europeus causalmente decisivas para a escolha de um caminho institucional (*institutional path*) em detrimento de outro.

A policrise coloca questões sobre como a UE está estabelecida e obriga a uma radical mudança na cooperação europeia, voltando aos velhos ideais solidários humanistas, entretanto comprometidos e a uma integração participada.

Por ventura, a grande conclusão a tirar é que uma outra Europa é necessária e, se formos otimistas, possível, mas como uma nova UE. Desafios, dilemas, algumas respostas e muitas perguntas caracterizam

o estado europeu. Deixar-se arrastar pelos acontecimentos ou procurar responder-lhes são as opções europeias, para um futuro em que a continuidade do projeto europeu exige redefinir a narrativa para a Europa ser do conhecimento e não da desunião.

## Bibliografia

- ALESINA, Alberto and GIAVAZZI, Francesco – *The Future of Europe – Reform or Decline*. Cambridge: The MIT Press, 2006.
- ALVES, José Eustáquio Diniz – As dez maiores economias do mundo. *EcoDebate*, 7 de julho de 2017.
- ANDERSON, Perry – Internationalism: a breviary. *New Left Review* 14, March–April, 2002, pp. 5-25.
- ASHCROFT, Michael and CULWICK, Kevin – *Well, you did ask...: why the UK voted to leave the EU*. London: Biteback Publishing, 2016.
- BADINGER, Herald and NITCH, Volker – *Routledge handbook of the economics of European integration*. Basingstoke: Routledge, 2016.
- BANETH, András – *The ultimate EU test book: Administrator (AD)*: edition 2016. London: John Harper, 2016.
- BARNARD, Catherine – *The substantive law of the EU: the four freedoms*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BIRKINSHAW, Patrick and BIONDI, Andrea (Eds.) – *Britain alone! The implications and consequences of United Kingdom exit from the EU*. Alphen/Rijn, The Netherlands: Wolters Kluwer: Kluwer Law International, 2016.
- BODIROGA-VUKOBRAT, Nada et al. (Eds.) – *New Europe – Old Values? Reform and Perseverance*. Cham: Springer, 2016.
- BUSSHCHAERT, Gautier – *Participatory Democracy, Civil Society and Social Europe: A Legal and Political Perspective*. Antwerpen: Intersentia, 2016.
- CHABOD, Federico – *Storia dell'idea d'Europa*. 1.<sup>a</sup> edição de 1961. Org. de E. Sestan e A. Saitta. Bari: Laterza, 1995.
- CHALMERS Damian, JACHTENFUCHS, Markus and JOERGES, Christian (Ed.) – *The End of the Eurocrats' Dream: Adjusting to European Diversity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- CHOU, Meng-Hsuan and GORNITZKA, Åse (Ed.) – *Building the Knowledge Economy in Europe. New Constellations in European Research and Higher Education Governance*. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.
- CHOU, Meng-Hsuan and ULNICANE, Inga (Eds.) – New Horizons in the Europe of Knowledge. *Journal of Contemporary European Research*. Vol. 11, n.º 1 (2015), pp. 1-15.

- CINI, Michelle and PÉREZ-SOLÓRZANO BORRAGÁN, Nieves (Eds.) – *European Union Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Anotações relativas ao texto integral da Carta*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2001.
- CORONAKIS, Basil – *The deep state of Europe*. Brussels: New Europe Group, 2016.
- COX, Pat – *Europe after Brexit*. Lausanne: Fondation Jean Monnet pour l'Europe, 2016.
- DEMETRIOU, Kyriakos N. (Ed.) – *The European Union in Crisis – Explorations in Representation and Democratic Legitimacy*. London: Springer, 2015.
- DENNISON, Susi and PARDIJS, Dina – *The world according to Europe's insurgent parties: Putin, migration and people*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.
- DIMITRIADI, Angeliki – *Deals without borders: Europe's foreign policy on migration*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.
- EUROPEAN COMMISSION – *Global food security 2030: assessing trends with a view to guiding future EU policies*. Luxembourg: Publications Office, 2016.
- EUROPEAN COMMISSION – *The Economic Outlook after the UK Referendum: A First Assessment for the Euro Area and the EU*. Luxembourg: Publications Office, 2016.
- EUROPEAN COMMISSION – *Opportunity now: Europe's mission to innovate*. Luxembourg: Publications Office, 2016.
- EUROPEAN PARLIAMENTARY RESEARCH SERVICE – *The UK's 'new settlement' in the European Union: renegotiation and referendum: in-depth analysis*. Brussels: European Parliament, 2016.
- EUROPEAN UNION. INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES – *People on the move: the new global (dis)order*. Luxembourg: Publications Office, 2016.
- EUROPEAN UNION. INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES – *Towards an EU global strategy: Consulting the Experts*. Paris: ISS, 2016; Luxembourg: Publications Office, 2016.
- EUROPEAN UNION. INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES – *Russian futures: horizon 2025*. Luxembourg: Publications Office, 2016.
- GELLNER, Ernest – *Dos Nacionalismos*. Lisboa: Teorema, 1998.
- GILLINGHAM, John – *The EU: An Obituary*. London: Verso, 2016.
- GOWAN, Richard – *Bordering on crisis: Europe, Africa, and a new approach to crisis management*. London: The European Council on Foreign Relations, 2017.
- GRANT, Charles et al. – *Relaunching the EU*. London: The Centre for European Reform, 2017.
- GUTMANN, Robert – *Finance-led Capitalism: Shadow Banking, Re-regulation, and the Future of Global Markets*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.
- HATT, Sue and GARDNER, Frank – *Europe, Policies and People – An Economic Perspective*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- HAYWARD, Jack (Ed.) – *Leaderless Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HOEKSMAN, Jaap – *From common market to common democracy: a theory of democratic integration*. Oisterwijk: Wolf Legal Publishers (WLP), 2016.

- JANNING, Josef – *Crisis and Cohesion in the European Union: A Ten-Year Review*. London: The European Council on Foreign Relations, 2018.
- JANNING, Josef – *Keeping Europeans together*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.
- JANNING, Josef and MÖLLER, Almut – *Leading from the centre: Germany's role in Europe*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.
- KLOS, Felix – *Churchill on Europe: the untold story of Churchill's European project*. London: I. B. Tauris, 2016.
- KRIEGER, Tim et al. (Ed.) – *Europe's Crisis: The Conflict-Theoretical Perspective*. Baden-Baden: Nomos, 2016.
- LEONARD, Mark – *L'Europe qui protège: Conceiving the next European Union*. London: The European Council on Foreign Relations, 2017.
- LOBO-FERNANDES, Luís – Da integração à governação europeia. Portugal, europeização e o carácter multi-sistémico da UE. *Nação e Defesa*, n.º 115 (2006), pp. 143-165.
- MAZOWER, Mark – *Dark Continent. Europe's Twentieth Century*. New York: Vintage Books, 1998.
- MICHALSKI, Krzysztof – *What Holds Europe Together*. Budapest: Central European University Press, 2006.
- MÖLLER, Almut and PARDIJS, Dina – *The future shape of Europe: How the EU can bend without breaking*. London: The European Council on Foreign Relations, 2016.
- MOUSSIS, Nicholas – *Access to the European Union: Law, Economics, Policies*. 22nd edition. Cambridge: Intersentia, 2016.
- NAIRN, Tom – *Faces of nationalism: Janus revisited*. Londres: Verso, 1997.
- OLSEN, Johan P. – *Europe in Search of Political Order. An Institutional Perspective on Unity/Diversity, Citizens/Their Helpers, Democratic Design/Historical Drift and the Co-existence of Orders*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- RÜEGG, Walter – *A History of the University in Europe: Volume 3, Universities in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SHAPIRO, Jeremy and HACKENBROICH, Jonathan – *Opportunities amid disorder: Europe and the world in 2018*. London: The European Council on Foreign Relations, 2017.
- SIMÓN, Luis and SPECK, Ulrich (Eds.) – *Europe in 2030: four alternative futures*. Madrid: Real Instituto Elcano, 2017.
- SHORE, Chris – *Building Europe: The Cultural Politics of European Integration*. London: New York: Routledge, 2000.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato – *Portugal na Queda da Europa*. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2014.
- STIGLITZ, Joseph – *The Euro: And its Threat to the Future of Europe*. London: Allen Lane, 2016.
- ULNICANE, Inga – Research and innovation as sources of renewed growth? EU policy responses to the crisis. *Journal of European Integration*. Vol. 38, n.º 3 (2016), pp. 41-327.



- UNIÃO EUROPEIA – *Livro Branco sobre o Futuro da Europa – Reflexões e cenários para a UE-27 em 2025*, 2017.
- VALÉRIO, Nuno – *História da União Europeia*. Queluz De Baixo: Editorial Presença, 2010.
- WEATHERILL, Stephen – *Law and values in the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- WERTHER, Patrick B. (Ed.) – *Europe Financial Crisis and Security Issues* (European Political, Economic, and Security Issues). Hauppauge, New York: Nova Science Pub. Inc, 2011.
- WILSON, Kevin and VAN DER DUSSEN, Jan – *(What is Europe?) – The History of the Idea of Europe*. Open University, London and New York: Routledge, 1995.
- YOUNGS, Richard – *Europe Reset: New Directions for the EU*. Brussels: Carnegie Europe, 2017.